

Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica¹

Leticia de Luna Freire

Jamais fomos modernos. O que significa esta afirmação, que intitula um dos livros mais importantes e difundidos de Bruno Latour?² O que significa ser moderno e o seu adjetivo contrastante não-moderno na acepção deste autor? A tentativa de responder a essas perguntas aponta algumas das questões fundamentais tratadas por Latour neste livro, onde desenvolve uma primeira formulação do que chamou de uma “antropologia simétrica”.

São algumas destas questões que pretendo apresentar neste artigo. No entanto, diferentemente da obra de Latour, que consiste num denso ensaio filosófico, disponho-me aqui a abordar de forma introdutória o pensamento deste autor, para, em seguida, discutir as suas implicações para a atividade de pesquisa em ciências humanas. Tratarei, nesse caso, das contribuições da Teoria Ator-Rede enquanto um esforço de sistematização dos princípios e regras metodológicas subjacentes a uma forma de pensar e tratar a realidade que, ao invés de interpretar o mundo a partir das “grandes divisões”, visa descrevê-lo levando em conta a sua hibridização.

Entre Natureza e Cultura, o caminho do meio

Nascido na França em 1947, Bruno Latour viveu sua formação inicial na cidade de Dijon, onde seguiu um curso muito tradicional que em nada o predestinava a ser o inovador que se tornou (Dosse, 2003). Após se formar em filosofia, prestou serviço militar na África como encarregado de pesquisa, em 1973, a fim de realizar uma investigação em sociologia do desenvolvimento. Durante os dois anos que passou na Costa do Marfim, Latour interessou-se pelas ciências sociais e, em especial, pela antropologia, cogitando a possibilidade de transpor as mesmas categorias de análise para uma investigação similar num laboratório científico. Decidido a compreender o que fundamenta a verdade científica, mudou-se logo depois para os Estados Unidos, onde desenvolveu sua primeira pesquisa de campo sobre a prática científica.

Desde então, Latour vem se tornando uma referência no estudo das ciências e das técnicas. Recusando os rótulos de filósofo, sociólogo ou historiador das ciências, o próprio Latour se define como um “sujeito híbrido” (Latour, 2004b). Atualmente é professor visitante da London School of Economics e do Department of the History of Science da Harvard University e professor titular do Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI) da École Nationale Supérieure des Mines, podendo ser identificado como integrante do grupo de pesquisadores de Paris no campo da Sociologia das Ciências. Na França, juntamente com o diretor do CSI, Michel Callon, Latour vem propondo a criação de uma nova disciplina transversal, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, assumindo como objeto de estudo os processos que emergem da inovação científica e técnica: a chamada *Antropologia das Ciências*.

Nos anos 1980, Latour e Callon desenvolveram um novo marco de análise sobre a ciência e a tecnologia a partir da reflexão e crítica da sociologia da ciência convencional e de suas investigações empíricas nos campos científico e técnico. De acordo com Hernández (2003), as principais fontes de influências de Latour e Callon são: a Filosofia das Ciências concebida por Michel Serres, de quem tomaram emprestado o conceito de tradução, e o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, iniciado pelo filósofo-sociólogo David Bloor, do qual estenderam o princípio metodológico da simetria. Porém, outras influências podem ser identificadas nos trabalhos desses autores, como a noção de rizoma, cla-

borada por Deleuze e Guattari, e a noção de dispositivo, proveniente da filosofia de Michel Foucault.

Já em seu primeiro livro – *Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts*, publicado em 1979 em parceria com Steve Woolgar – Latour critica os estudos desenvolvidos sobre a ciência na medida em que mantém intacta a separação entre o conteúdo científico e o contexto social. Nas palavras dos autores, “é como se contexto e conteúdo fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso” (Latour; Woolgar, 1997: 20). Visando ultrapassar estes limites, Latour vem se dedicando ao estudo da ciência em construção³. Ao colocar entre parênteses ao mesmo tempo nossas crenças sobre a ciência e nossas crenças sobre a sociedade, propõe uma extensão do Programa Forte formulado por David Bloor.

Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Com esse programa, tornou-se possível considerar o trabalho dos cientistas como uma construção social, influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a que pertencem. Por “programa fraco” Bloor designava a idéia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador ou sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja idéia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico.

Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu, entre outros, o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro⁴. Ou seja, as explicações sociais, psicológicas e econômicas deveriam ser empregadas simetricamente, de modo a tratar, nos mesmos termos, os vencedores e os vencidos da história das ciências. Como dizem Latour e Woolgar (1997), ser simétrico significa fazer uma sociologia para compreender por que os franceses acreditam na astronomia da mesma maneira que para compreender por que eles acreditam na astrologia.

Esse princípio foi estendido por Latour e Callon às controvérsias sobre a sociedade, propondo então um *princípio de simetria generalizada*, no qual tanto a natureza quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de interpretação. Sugerindo uma antropologia simétrica (Latour, 1994), defendem que, além do erro e da verdade, também a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Para os autores, não há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambas efeitos de redes heterogêneas. Isso não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. Dito de outro modo, o princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário do hábito de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação, o que resulta na permanência de um esquema assimétrico (Dosse, 2003).

Questionando essas “grandes divisões”, Latour e Callon propõem ainda com esse princípio ultrapassar a dupla separação moderna entre os humanos e os não-humanos, defendendo que se dê igual importância de tratamento para a produção tanto dos primeiros quanto dos segundos, estudando-os ao mesmo tempo⁵. Ao assumirem que tudo o que há é interação, Latour e Callon vão ainda mais longe ao reivindicarem uma simetria total entre os humanos e os não-humanos. Conforme aponta Law (1992), podemos notar que quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, carta. Minha comunicação com você, leitor, por exemplo, se dá através de uma rede de objetos – do qual fazem parte o computador, a impressora, a revista, esse texto – e uma rede de pessoas – do qual fazem parte eu, os editores da revista e os técnicos que viabilizaram sua publicação. Como diz Law (op.cit.), essas várias redes participam do social, ajudando a moldá-lo e, em certa medida, ajudando a superar a relutância em ler esse texto, sendo, portanto, necessárias para se estabelecer o relacionamento social entre autor e leitor. Nesse sentido, o social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

Do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar os cientistas em ação, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre idéias. Para isso, é preciso prestar atenção aos detalhes da prática científica, descrevendo essa prática tal como os antropólogos descrevem tribos selvagens⁶. Conforme salientam Latour e Woolgar (1997), o exame das atividades cotidianas de um laboratório permite-nos ver como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção social dos fatos, evidenciando o caráter idiossincrático, local, heterogêneo e contextual das práticas científicas.

Contrário a todo pensamento dualista, Latour propõe em seus trabalhos uma abordagem pragmática que não seja centrada nem só no técnico, nem só no social, mas capaz de respeitar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas relações, negando assim a própria separação entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório.

Segundo o autor, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, de modo que a construção de fatos e máquinas somente se viabiliza através da conjugação de interesses e mobilização de um grande número de aliados. Conforme diz, “a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (Latour, 2000: 70). Isso significa que um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal (Moraes, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que, em última instância, uma ciência não se universaliza, e sim que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza⁷.

Em *Ciência em ação* (2000), Latour compara a construção de fatos a um jogo de rugby, dizendo que uma afirmação, assim como a bola de rugby, está sempre em situação de risco, aguardando ser pega por algum jogador para sair do estado de estagnação. Para que se mova, é preciso que haja uma ação, que alguém a pegue e atire-a, sendo que o seu arremesso dependerá da hostilidade, velocidade, perícia ou tática dos outros. Tal como um jogo de rugby, a construção de fatos é um processo coletivo em que o objeto é transmitido de um ator para outro, com a diferença de que na prática científica a afirmação vai se constituindo e se transformado à medida que passa de mão em mão. Conforme diz, “todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta (...) eles não a trans-

mitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (Latour, 2000: 171). Assim, o status de uma afirmação depende sempre das afirmações ulteriores, do que se faz depois com ela, ou seja, se ela é tornada mais fato ou ficção.

Entretanto, não basta aos cientistas fazer com que os outros simplesmente tomem a afirmação em suas mãos, é preciso evitar que estes a transformem tanto ao ponto de torná-la irreconhecível. Assim, a tarefa dos cientistas de transformar uma alegação em um fato científico torna-se ainda mais complexa, dependendo da operação que Latour (op. cit.: 178) chamou de *tradução* (ou *translação*), ou seja, da “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistem”. Para Hernández (2003), o conceito de tradução é o coração do dispositivo teórico de Latour. Tal é a importância deste conceito que a Teoria Ator-Rede é também conhecida como sociologia da tradução (Law, 1992).

Traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista, pois ao mesmo tempo em que procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tenta controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.

Descrevendo diversas táticas de deslocamento de interesses e objetivos, Latour (2000) esclarece que, além do significado linguístico de transposição de uma língua para outra, a noção de tradução tem aqui um significado geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (op. cit.:194). Por exemplo, um cientista que deseje produzir um novo medicamento para diabetes precisa, para obter o apoio necessário para o sucesso de seu empreendimento, convencer o maior número possível de pessoas (Ministro da Saúde, presidente da Associação dos Diabéticos, dirigentes da indústria farmacêutica, jornalistas, alunos, colegas acadêmicos,

etc) de que, ao ajudarem o seu laboratório, estariam favorecendo seus próprios objetivos. Com o uso de diversos dispositivos de inscrição⁸, o cientista traduz outros atores numa vontade única da qual ele se torna porta-voz. Ao começar a agir por muitos e não mais por apenas um, o cientista então cresce e se fortalece⁹. Logo, não há razão sem negociação, sem essa política inventada pela ciência (Moraes, 2002)¹⁰. E é justamente dessa prática política que advém o poder da ciência – o poder de parecer apolítica, mera representante da natureza.

Sendo a ciência constituída por um processo de negociação em rede, Latour (op.cit.) demonstra que há uma constante retroalimentação entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório, de forma que quanto maior, mais sólida e mais pura é a ciência lá dentro – aparentando ser isolada da sociedade –, maior é a distância que outros cientistas precisam percorrer lá fora, recrutando investidores, despertando interesses e convencendo outras pessoas. Metaforicamente, Latour (op. cit.: 258) diz que “os cientistas puros são como filhotes indefesos que ficam no ninho enquanto os adultos se ocupam construindo abrigo e trazendo alimento”. Através de pesquisas de campo, o autor tem produzido análises que expressam essa permeabilidade entre o lugar onde se realizam as práticas tecnocientíficas (o laboratório) e o seu entorno (Teixeira, 2001).

Pensar a ciência como uma rede de atores significa que ela não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela veracidade dos fatos por ela engendrados. Implica considerar estas noções – assim como as noções de natureza e sociedade – não como causas, mas efeitos alcançados a partir das tensões próprias à rede de atores. Ao invés de ser um lugar isolado, fechado e separado do mundo, o laboratório passa a ser aqui entendido então como o locus onde são constantemente redistribuídas a natureza e a sociedade (Moraes, 2002).

Dessa forma, Latour vem construindo uma antropologia das ciências que, em linhas gerais, tangencia a separação entre as entidades ontológicas Natureza e Cultura, bem como a separação entre sujeito e objeto. Todo seu esforço concentra-se em problematizar a idéia da existência de uma rígida separação entre natureza e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo – idéias fundadas pela/na modernidade – mostrando que, na realidade, tais pressupostos nunca vingaram.

Em *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a tradicional divisão de tarefas em que a gestão da natureza cabia aos cientistas e a gestão da sociedade aos políticos tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta de fenômenos contemporâneos, como o buraco na camada de ozônio, embriões congelados e organismos geneticamente modificados. Isso porque a tentativa moderna de purificação dos domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação de híbridos (Ferreira, 2002). Essa proliferação de objetos que já não podemos considerar nem totalmente naturais nem totalmente sociais nos faz questionar sobre essa radical separação entre natureza e cultura produzida pelo mundo moderno. Conforme demonstra Latour, na prática nunca paramos de criar esses híbridos, apenas recusávamos assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais, o que o conduz a afirmar de modo categórico que jamais fomos verdadeiramente modernos. É preciso então questionar este paradigma fundador para que possamos compreender nosso mundo atual através de um olhar moderno.

Para lidar com esses híbridos que não se enquadram nas “grandes divisões”, Latour propõe um vasto movimento de expressão conjunta dos portavozes da sociedade e da natureza, através de um *Parlamento das coisas*. Um bom exemplo citado pelo autor (1997a) para testar essa idéia é a Conferência de Kyoto, no Japão, onde o clima aparece ao mesmo tempo como objeto científico – um consenso formado entre os pesquisadores de que a emissão de poluentes a partir da queima de combustíveis, por exemplo, provoca alteração climática em todo o planeta – e como objeto político – que obriga as nações a tomarem uma ação frente a esta alteração que se estenda por todo o planeta. Nessa conferência, o efeito estufa é um híbrido que redefine as relações entre ciência e política, sendo “impossível separar claramente os que representam as nações e os que representam as nuvens, a circulação atmosférica, as correntes marinhas e as florestas” (ibid.: s/p).

Assim, Latour pretende mostrar que a emergência desses híbridos clama por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão (Moraes, 2004). Ao fazer isso, redefine o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências, que, ao invés de ser a construção social, passa a ser a sócio-natureza, através do estudo desses híbridos de natureza e cultura, que Michel Serres denominou quase-objetos (Latour, 1994). Não existe, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas *naturezas-culturas*.

De posse desses objetos híbridos de investigação, a própria antropologia perderia sua ligação exclusiva com as culturas ou com as dimensões culturais, mas ganharia as naturezas, o que, segundo Latour, teria um valor inestimável. Além disso, uma vez que todas essas questões sobre causas, efeitos e elos podem ser levantadas em todos os lugares, abre-se um campo ilimitado de estudo para a antropologia (Latour, 2000). A Teoria Ator-Rede nada mais é que a formalização desse método de estudo, pautado nas noções de simetria, tradução, ator e rede.

A Teoria Ator-Rede

A Actor-Network Theory (ANT), traduzida aqui por Teoria Ator-Rede (TAR), é produto de um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, dentre os quais Bruno Latour, Michel Callon e John Law. De acordo com Wilkinson (2004: 2), embora muitas vezes a Teoria Ator-Rede seja considerada uma metodologia, “ela na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua reconceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”. Nas palavras de Latour (2004b: 397), a TAR consiste em “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos”.

Contudo, o próprio Latour é o primeiro a criticar a teoria de rede de atores, admitindo uma série de restrições. Para ele (1997b), há quatro “pequenos problemas” na Teoria Ator-Rede: a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o hífen que liga o ator à rede! O problema, portanto, começa no nome, uma vez que as definições usuais das noções de teoria, ator e rede se chocam com o que a TAR significa em termos de uma proposta teórico-metodológica. Para melhor entendê-la e operacionalizá-la, é necessário destrinchar alguns conceitos básicos.

Quanto ao conceito de teoria, Latour retifica que a TAR não pode ser classificada como uma teoria do social, do sujeito ou da natureza. Não é uma teoria cujos princípios estejam dados de antemão, tampouco que possa se “aplicar” a algo, uma vez que o que está em jogo não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas a possibilidade de seguir a produção das diferenças (Moraes, 2003). Segundo a definição de Latour (1997b), a TAR é, antes

de tudo, um método, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social.

Quanto ao conceito de ator, é preciso aqui diferenciá-lo do sentido tradicional de “ator social” da sociologia, pois, para Latour, ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc. Ou seja, ator aqui não se refere apenas aos humanos, mas também aos não-humanos, sendo por esse motivo sugerido ainda por Latour (2001: 346) o termo *actante*:

O grande interesse dos estudos científicos consiste no fato de proporcionarem, por meio do exame da prática laboratorial, inúmeros casos de surgimento de atores. Ao invés de começar com entidades que já compõem o mundo, os estudos científicos enfatizam a natureza complexa e controvertida do que seja, para um ator, chegar à existência. O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz – seus desempenhos – no quadro dos testes de laboratório. Mais tarde, sua competência é deduzida e integrada a uma instituição. Uma vez que, em inglês, a palavra “actor” (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes “actant” (actante), termo tomado à semiótica para incluir não-humanos na definição.

De acordo com Latour, um ator é definido pelos efeitos de suas ações, de modo que o que não deixa traço não pode ser considerado um ator. Ou seja, somente podem ser considerados atores aqueles elementos que produzem efeito na rede, que a modificam e são modificados por ela e são estes elementos que devem fazer parte de sua descrição. Porém, não há como anteciparmos que atores produzirão efeitos na rede, que atores farão diferença, senão acompanhando seus movimentos.

Em relação ao conceito de *rede*, é preciso ressaltar que não há aqui qualquer alusão à idéia de rede ligada à cibernética. Enquanto rede em internet refere-se ao transporte de informações por longas distâncias sem sofrerem quaisquer deformações, na TAR esta noção remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes.

Do ponto de vista topológico, uma rede é uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos. De uma forma geral, a noção de rede da TAR é bastante próxima da noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari (1995) enquanto o modelo de realização das multiplicidades. Diferentemente do modelo da árvore ou da raiz, que fixam um ponto, uma ordem, no rizoma qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro. De acordo com os autores (op. cit.: 16), “uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza”. Tal como no rizoma, na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Assim, uma rede é uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó (Moraes, 2000). Na abordagem da TAR trata-se então de enfatizar os fluxos, os movimentos de agenciamento e as mudanças por eles provocadas, pois, como diz Latour (2002b), “não há informação, apenas trans-formação”, e essa é a principal característica da rede.

Latour enfatiza ainda que o conceito de rede da TAR não deve ser confundido com o objeto a ser descrito, que é sempre também um ator em relação. Uma rede de atores não é redutível a um ator sozinho; nem a uma rede, mas composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados. Ela é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede capaz de redefinir e transformar seus componentes (Moraes, 2002).

A utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando “ator” e “rede” como duas faces do mesmo fenômeno. Entretanto, o par ator-rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. De todo modo, o que na TAR está sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos. Como bem define Latour (2002b), “a Teoria Ator-Rede é mais como o nome de um lápis ou pincel do que o nome de um objeto a ser desenhado ou pintado”¹¹.

Mas que tipo de desenho esse lápis ou pincel nos possibilita traçar? A originalidade da noção de rede na TAR reside em não reduzi-la à idéia de

vínculo, mas em acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes (Moraes, 2003). Assim, o interesse do pesquisador consiste em seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos; fabricação que se faz em rede, através de alianças entre atores humanos e não-humanos.

Descrever sem explicar: o que é pesquisar na perspectiva da Teoria Ator-Rede?

Nesta última parte, gostaria de abordar as implicações desse pensamento não-moderno e a respectiva metodologia pautada na simetria para a atividade da pesquisa em Ciências Humanas. Como vimos, a Teoria Ator-Rede não deve ser entendida como um quadro teórico o qual possa ser “aplicado” em diferentes contextos. Não há, por sua vez, um manual o qual o pesquisador deva seguir. De que forma, então, ela nos pode ser útil?

Para responder esta questão, cito um texto esclarecedor em que Latour (2002b) simula o diálogo entre “um professor um tanto socrático”, e um aluno da London School of Economics às voltas com a produção de sua tese¹². Ao perceber a aflição do aluno por não conseguir aplicar a Teoria Ator-Rede ao seu estudo em organizações, o professor tenta tranquilizá-lo: “não se preocupe, ela não é aplicável a nada!”. Surpreso com a afirmação do professor, o aluno replica: “você está dizendo que ela é realmente inútil?”. O professor então o corrige: “ela deve ser útil, mas apenas se não for ‘aplicada’ a nada”. Com o aluno cada vez mais confuso, o professor procura explicá-lo de maneira mais didática: “ela é uma teoria, e uma teoria forte, eu acho, mas sobre como estudar coisas ou como não estudá-las. Ou ainda como deixar os atores terem espaço para se expressarem por eles mesmos”. O pesquisador, nesse caso, não deve emitir interpretações sobre seu objeto de estudo, mas apenas descrevê-lo da melhor forma possível.

Desconfiado dessa função de “descrever sem explicar”, o aluno, já bastante preocupado com a redação de sua tese, lhe faz perguntas práticas: “mas quando devo parar? O que é uma descrição completa?”. A ele então o professor responde: “ora, uma boa tese é uma tese feita”. O aluno insiste com a pergunta, provocando uma resposta ao mesmo tempo direta e irônica do professor: “você pára quando você estiver escrito suas 50.000 palavras ou seja qual for o formato aqui (...) Uma solução para parar é

adicionar uma moldura, uma explicação, a outra é escrever a última palavra no último capítulo de sua tese”.

Diante da insatisfação do aluno, que não pára de questioná-lo, o professor prossegue: “o texto, em nossa disciplina, não é uma história, uma boa história, é o equivalente funcional de um laboratório. É um lugar para testes, experimentos e transformações. Dependendo do que acontece nele, existe ou não um ator e existe ou não uma rede sendo tecida. E isso depende inteiramente dos meios precisos em que ele é escrito – e cada novo tópico requer um novo meio de ser abarcado no texto. Muitos textos são apenas planos mortos. Nada acontece neles”.

A partir desse intrigante diálogo, podemos dizer que a Teoria Ator-Rede implica, portanto, uma série de escolhas e decisões a serem tomadas antes, durante e após a realização da pesquisa. Em minha dissertação de mestrado (Freire, 2005), busquei descrever o processo de implantação do Programa Favela-Bairro¹³ na localidade de Acari, na zona norte do Rio de Janeiro. À luz da perspectiva da TAR, não tinha como objetivo avaliar os resultados alcançados pelo programa em relação à qualidade de vida da população, o que me colocaria na função de emitir um julgamento (favorável ou não) sobre o mesmo, tampouco buscava emitir interpretações sobre os atores que compunham o processo, enquadrando os acontecimentos numa moldura teórica qualquer.

Ao invés de pretensões consideradas academicamente mais nobres, meu objetivo era bastante simples, mas nem por isso menos importante: descrever a intervenção tal como ela acontecia no campo, quer dizer, mapear as redes que estavam sendo tecidas no processo da intervenção urbana na localidade. Assim como o aluno no referido diálogo, encontrei-me com diversas dúvidas no decorrer desse caminho: como descrever, como abrir mão de explicações, quando interromper a descrição?

Conforme dito anteriormente, a noção de rede aqui não se reduz à idéia de vínculo, mas em acentuar a ação presente nas redes. Nesse sentido, ao descrever o processo da intervenção do Favela-Bairro em Acari, o foco de minha pesquisa não era apenas a identificação dos vínculos e alianças geradas em torno dessa intervenção, como a que ligava a prefeitura às associações de moradores ou a que ligava os moradores às agentes comunitárias de habitação, mas sobretudo a descrição dos efeitos produzidos por estes vínculos. Foi com este enfoque que pude perceber, por exemplo, as mudanças ocasionadas no projeto de urbanização inicial, a partir das

negociações entre a prefeitura e os presidentes das associações, bem como a produção de novas formas de uso e apropriação do espaço público da localidade pelos moradores através da atuação das agentes de habitação junto aos mesmos.

Certamente, como relatei em outro artigo (Freire, 2006), isto apenas foi possível mediante a realização de um intenso trabalho de campo, que, inspirado nos antropólogos, exigiu minha presença constante na comunidade por mais de um ano. Com o auxílio de um diário de campo, que muitas vezes funcionava como analisador de minha própria participação no processo, descrevi as negociações, deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores durante a intervenção. Mais do que descrevê-la “de fora”, buscava assim apontar os efeitos das relações e alianças que estavam sendo naquele momento produzidas.

Seguindo a perspectiva sugerida por Latour, tentei não priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atenta aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores. Procurando pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquela situação que a localidade vivia, as conversas informais encadeadas com moradores e líderes locais me conduziram aos Agentes Comunitários de Habitação, que ali representavam “a ponte entre a prefeitura e a comunidade”.

Foi seguindo os agentes comunitários em ação, acompanhando de perto o desenvolvimento de seu trabalho em Acari, que a rede pôde então ser tecida. Atuando como elo de comunicação e interlocução entre a prefeitura e os moradores durante as três etapas da intervenção (projeto, obras e pós-obras), eles eram os tradutores por excelência do programa na comunidade. Isso não significa que eles fossem os atores centrais do processo, pois, segundo a TAR, não há um ator do qual emana a fabricação do mundo, mas uma rede heterogênea de atores (humanos e não-humanos) conectados. Desse modo, posso dizer que os agentes foram minha porta de entrada, o que me permitiu ter acesso aos outros atores a eles associados e que se faziam igualmente presentes no processo da intervenção, como os presidentes das associações, os técnicos da prefeitura, os traficantes e os próprios moradores.

Dentre os outros atores, encontrei também muitos não-humanos, como o livro de atas dos agentes de habitação, as pichações da prefeitura enumerando as casas a serem removidas e os fogos lançados por traficantes para

comunicar a chegada da polícia na favela. Todos esses atores provocavam desvios ou modificações no processo da intervenção, seja intervindo diretamente no trabalho dos agentes comunitários, na vida dos moradores ou na própria atuação dos técnicos da prefeitura na localidade.

Dessa forma, somente partindo da posição de não desprezar nenhum elemento que se fizesse presente, isto é, que produzisse efeitos, pude ao longo do trabalho de campo sustentar um olhar que levasse em consideração simultaneamente aspectos individuais e sociais, os humanos e os não-humanos, escapando assim de uma abordagem assimétrica que privilegiasse um dos pólos. Foi a atitude de não mais ignorar a presença dos não-humanos que me permitiu constatar a complexidade de pessoas e coisas que povoam o mundo em constante interação, dando-lhe corpo e sentido, e que, no caso da intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, era impossível de se desprezar.

De ciências humanas a humanas ciências

Ao leitor que me acompanhou, espero ter conseguido mostrar de que forma as contribuições de Latour para a construção de uma antropologia simétrica são extremamente relevantes para pesquisadores das ciências humanas, como sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Gostaria de finalizar ressaltando, em especial, dois aspectos que modificam não apenas o objeto de investigação do pesquisador, mas a delimitação de seu próprio campo científico.

Um primeiro aspecto é a introdução do mundo dos objetos no interior do nosso campo de investigação, o que, segundo o próprio Latour, “muda uma boa parte das ciências humanas que eram até então ciências sem objetos” (apud Dosse, 2003: 141). Enquanto na teoria clássica da ciência, o objeto já está lá, é um dado da natureza que é transformado pela história, na perspectiva da antropologia simétrica o olhar se volta para os objetos em via de se constituir, os “objetos que estão quentes”.

Um segundo aspecto é que a adoção dessa perspectiva tem como consequência direta a própria recusa das fronteiras rigidamente construídas pela modernidade entre as ciências humanas e as naturais. Abordando os desafios criados na contemporaneidade, Latour et al. (1998: 123) afirmam que as ciências humanas, especialmente a sociologia, ficaram sufocadas por quererem imitar as ciências naturais em seus aspectos exteriores e ignorá-

las em seus conteúdos e suas produções. Segundo os autores (op.cit.:123), o esforço hoje é fazer exatamente o inverso. Não imitá-las, uma vez que elas próprias estão completamente transformadas, mas integrá-las, conhecê-las, praticá-las, desconstruí-las, já que definem em parte as associações de nossos coletivos em construção. Assim, concluem, “de ciências humanas elas se tornam humanas ciências, isto é, antropológicas”.

Notas

1. Este trabalho deve-se à minha participação no grupo de estudo e pesquisa “Psicologia e Construtivismo”, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. Ao integrar este grupo durante o curso de mestrado, pude conhecer e compartilhar as idéias de Bruno Latour e outros autores, como Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Minha dissertação, assim como este artigo, resultou das discussões empreendidas com os colegas do grupo sob a coordenação de meu orientador, professor Ronald Arendt. Desde 2003 as contribuições desses autores têm sido apropriadas por seus integrantes em suas pesquisas de mestrado e doutorado, com o intuito de se viabilizar uma “psicologia simétrica”. Recentemente, organizei um livro com uma coletânea dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, a ser publicado ainda este ano pela editora do Museu da República (RJ). Agradeço aqui a todos os colegas pela produtiva convivência.
2. O livro *Nous n'avons jamais été modernes* foi originalmente publicado em 1991. Desde então, já foi traduzido para 18 línguas, sendo a primeira edição brasileira de 1994.
3. Latour (2000) descreve que há duas vozes contraditórias que falam ao mesmo tempo: a da ciência acabada (Ciência com C maiúsculo), que produz frases como “faça isto, faça aquilo” e considera fatos e máquinas suficientemente bem determinados, e a da ciência em construção (ciência n^o 2 ou Pesquisa), que diz que “o suficiente nunca é suficiente” e acha que fatos e máquinas, em fase de construção, estão sempre *subdeterminados*, ou seja, que nenhum fator isolado é suficiente para explicar o encerramento de uma controvérsia ou a certeza obtida pelos cientistas, faltando sempre alguma coisa para fechar de uma vez por todas a caixa-preta. O autor toma de empréstimo da cibernética a expressão caixa-preta para designar os fatos científicos tomados como indubitáveis, como, por exemplo, a dupla hélice do DNA. Para ele, fazer um flashback dessas caixas-pretas certinhas, frias e indubitáveis, permite revelar as incertezas, trabalhos, decisões, concorrências e controvérsias produzidas no processo de sua construção.
4. Latour (2002a) aborda a noção de crença num pequeno livro, cuja questão central consiste em “falar simetricamente de nós e dos outros, sem acreditar nem na razão nem na crença, respeitando ao mesmo tempo os fetiches e os fatos”. Neste texto, crença é definida como aquilo que separa construção e realidade, como o conjunto da operação na qual os modernos constroem a si próprios ao proibirem, com o objetivo de compreender suas ações, o retorno aos fetiches, os quais, todavia, eles próprios também utilizam. Procurando intensificar o diálogo entre os que falam de fatos e os que falam de fetiches, o autor propõe abandonar a noção de crença e, em contraposição, lança a noção de fe(i)tiche (faitiche) – um trocadilho com as palavras francesas fait (fato) e fétiche (fetiche) – para considerar a dimensão da prática, tomando construção e verdade como sinônimos, isentando-se de optar entre um e outro.

5. Em sua etnografia da prática científica, Latour utiliza o termo não-humano para se referir aos materiais, equipamentos e artefatos de inscrição e armazenamento dos dados científicos, apontando que estes só podem ser pensados em suas relações com os humanos. Segundo a definição do autor, “esse conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par “humano-não-humano” e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito e objeto. Um não-humano é, portanto, a versão de tempo de paz do objeto: aquilo que este pareceria se não estivesse metido na guerra para atalhar o devido processo político. O par humano-não-humano não constitui uma forma de “superar” a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente” (2001: 352).
6. Segundo Moraes (2003), Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas entendendo a palavra antropologia não em sua referência ao antropos-homem, mas ao estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas de outras civilizações e para frisar o sentido empírico de suas investigações.
7. Latour e Woolgar (1997: 192) definem “ponto de estabilização” como “o momento em que o enunciado desembaraça-se de todos os determinantes de tempo e lugar e de qualquer referência àqueles que o produziram, assim como ao processo de sua produção”. Embora, para Latour, não exista distinção prévia entre a atividade científica e as demais, a singularidade da ciência reside exatamente no seu poder de mobilização de um número enorme de recursos e aliados para produzir assimetrias, criando caixas-pretas que funcionam como “pontos de passagem obrigatória”, como se fossem atemporais e isoladas da sociedade (Latour, 2000).
8. Também chamadas de “móveis imutáveis”, as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, um pedaço de papel, um traço, permitindo novas translações e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação (Latour, 2001). No esforço de convencimento dos cientistas, elas desempenham então um papel extremamente importante, aumentando quer seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, quer seja a disciplina dos aliados cuja presença é necessária para convencer (Latour, 1990).
9. Um exemplo bem explorado pelo autor consiste no trabalho bem sucedido de Pasteur em capturar os interesses de diferentes grupos e indivíduos para suas experiências com micróbios em seu laboratório no final do século XIX. A esse respeito, ver: Latour (1983).
10. Entende-se aqui por política “a atuação como porta-voz de forças que se molda a sociedade, forças das quais a pessoa é a única autoridade confiável e legítima”, como define Latour (1983), referindo-se à política praticada por Pasteur que o transformou em único e legítimo representante de inúmeras forças invisíveis e perigosas (os micróbios causadores da doença do antraz).
11. A tradução é de minha responsabilidade.
12. Todas as frases do diálogo citadas no texto foram traduzidas por mim.
13. Desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro desde 1994, este programa visa integrar as favelas à cidade, através da introdução de obras de infra-estrutura urbana, serviços básicos, equipamentos públicos e políticas sociais. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ele é hoje reconhecido como uma das maiores e mais importantes ações desenvolvidas pela administração municipal.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismos pluralistas. In: *Série Documenta*, n° 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, 2002.
- FREIRE, Leticia de Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PPGPS-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *Seguindo as agentes comunitárias em ação: o processo de uma intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria Ator-Rede* (artigo no prelo), 2006.
- HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo; MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (orgs). *Un debate abierto. Escuelas y corrientes sobre la tecnología*. Chapingo, Mexico: Universidad Autónoma Chapingo/Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial (PIHAAA-CIESTAAM), 2003.
- LATOUR, Bruno. Give me a laboratory and I will raise the world. In: KNORR-CETINA, Karin D.; MULKAY, Michael J. (orgs). *Science Observed*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- _____. As “visões” do espírito. Uma introdução à antropologia das ciências e das técnicas (Tradução de J. M. Carvalho de Mello e C. J. Saldanha Machado). In: *Publicações didáticas*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ – Programa de Engenharia de Produção, Área de PCT, Publicação Didática 00190, 1990.
- _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. O futuro da Terra é decidido no concílio híbrido de Kyoto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, 7 dez. 1997a.
- _____. *Keynote Speech: On Recalling ANT*. Introdução ao Actor Network and After” Workshop, Keele University. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>, 1997b.
- _____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC, 2002a.

_____. *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>, 2002b.

_____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004a.

_____. Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), pp. 397-414, 2004.

_____; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. In: *Systems Practice*, vol.5, n. 4. (Tradução de Fernando Manso). Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br>, 1992.

MORAES, Márcia Oliveira. O conceito de rede na filosofia mestiça. *Revista Informare*, vol. 6, n° 1, p.12-20, 2000.

_____. Rede e singularidade das ciências sobre a noção de rede e a singularidade das ciências. In: *Série Documenta*, n° 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, 2002.

_____. *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm, 2003.

_____. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, mai/ago, vol. 11, n° 2, 2004.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira. A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, mar/jun, vol.8, n°1, 2001.

WILKINSON, John. *Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência*. Paper apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, no seminário temático “Análise sociológica dos fenômenos econômicos”, 2004.

Resumo

Este artigo pretende apresentar de forma introdutória o pensamento do sociólogo francês Bruno Latour sobre o que denomina de uma “antropologia simétrica”. Em seguida, aborda-se as contribuições da Teoria-Ator-Rede enquanto um esforço de sistematização dos seus princípios e regras metodológicas, concebendo a realidade não a partir da divisão entre natureza e cultura, sujeito e objeto, mas a partir de sua hibridização. Ao final, discute-se as implicações dessa perspectiva teórico-metodológica para a atividade de pesquisa em Ciências Humanas.

Palavras-chave

Bruno Latour; Antropologia Simétrica; Teoria Ator-Rede; Pesquisa.

Abstract

In this article the author presents a brief reflection on Bruno Latour's thought about “symmetrical anthropology”. It analyses the contribution of what is called the Action-Network Theory (ANT) in his research, a methodology through which he conceives reality not as a division between nature and culture, subject and object. At the end, the article presents the implications of the ANT to research activities in Human Sciences.

Key-words

Action-Network Theory; Bruno Latour; Research; Symmetrical Anthropology.